

TRÊS QUATRO

Jornal Laboratório Comunicação UFRGS maio de 1985

Universidade

1 Mudanças com a democracia

página 4

2 Nova direção na faculdade

página 5

3 Salas de aula reformadas

página 5



TANCREDO MARCO DA DEMOCRACIA

A morte do presidente
Tancredo Neves mobilizou
o povo e mostrou
que a volta da democracia
é vontade nacional

página 12

**ZERO
HORA**

A era da informática

página central

Editorial

O movimento pelas diretas no início de 84 deixou bem claro que as mudanças aconteceriam de qualquer forma. Não fossem elas legitimadas oficialmente, ainda que por um colégio eleitoral espúrio, aconteceriam pela pressão popular que, presente em massa aos comícios, deixava bem claro: estava na hora de mudar. A antiga estrutura criada pelo regime militar desabou sob escândalos e corrupção e a Nova República tornou-se a única saída viável.

O destino não permitiu que tivéssemos Tancredo Neves na presidência da República, tirando-nos a figura que personificou nossas esperanças de mudanças. Mas se não o temos em pessoa, temos o seu exemplo, que simboliza a união necessária para exigirmos o retorno a uma vida democrática e com condições mais dignas.

Dentro desta perspectiva, o Brasil e as instituições sociais vão tomando novos rumos.

Assumiu a nova diretora da Fabico, Lourdes Gregol Fagundes. Juntamente com a nova direção chega o novo currículo e a possibilidade de um curso de comunicação mais aberto, onde se possa centrar experiências e produzir conhecimentos em torno da renovação do ensino.

Pela primeira vez na história da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia a comunidade acadêmica participa da eleição para chefe de departamento.

O jornal-laboratório passa a partir deste semestre, graças a exigência do novo currículo, a circular em quatro edições, dando oportunidade aos alunos de desenvolver mais suas experiências jornalísticas.

Esta é a primeira das quatro edições que teremos neste semestre e gostaríamos de frisar que, apesar de tudo, cremos nas mudanças.

O fantasma da automação já não aterroriza apenas os operários do ABC, onde robôs substituem o trabalho de dezenas de homens na montagem de veículos. Com o nome de "jornalismo eletrônico", ele invade as redações na forma de terminais de vídeo que encurtam o trajeto da notícia entre o jornalista e a fotocomposição do texto. A experiência piloto em Porto Alegre ocorreu com o *Estado do Rio Grande*, mas nem houve tempo para que se pudesse sentir seus reflexos. Agora *Zero Hora* promete nos dar logo os subsídios para uma análise mais completa.

O curioso é que esse fantasma que tanto assusta o mercado de trabalho em todas as áreas representa, ao mesmo tempo, uma evolução de métodos, um progresso nas áreas específicas. No jornal, por exemplo, significa a possibilidade de "rodar" mais rápido, e, conseqüentemente, de mantê-lo aberto a novas informações até mais tarde. O que permite um jornal mais completo e melhor.

Então por que o medo? Por que "fantasma"?

Simplesmente porque a evolução, o progresso no processo produtivo — do setor metalúrgico até a redação, tem-se verificado sempre com uma visão única em direção à máquina, enquanto o homem fica marginalizado dessa evolução, desse progresso.

Chegam às máquinas, abrem-se algumas vagas para "profissão nova no mercado em franco desenvolvimento", despêde-se

dezenas de empregados de profissões obsoletas — lembram dos linotipistas? — e a engrenagem da maior produção ao menor custo possível vai cuspidando fora suas peças gastas pelo longo uso.

O fantasma não é a automação. É o desemprego.

Mas se a evolução dos métodos de trabalho, o progresso, é necessário, e se esses empregados despreparados se tornam inúteis aos novos processos produtivos, o que fazer com eles?

Treinamento.

É uma etapa que antecede qualquer modificação no processo produtivo, mas na qual as empresas, principalmente as brasileiras, pouco investem. Enquanto empresas japonesas como a Toyota gastam 50 bilhões de dólares em treinamento por ano, nem mesmo o capital da maioria de nossas empresas chega perto disso. É o treinamento que vai evitar que empregados se tornem "obsoletos" quando as máquinas chegarem.

Mas, para isso, é preciso que a consciência empresarial brasileira abra os dois olhos e que a Universidade comece a lutar para diminuir o fosso que a separa da formação de profissionais bem preparados. Sem as mínimas condições para o treinamento prático-profissional a própria Universidade estará contribuindo para a obsolescência funcional de quem disputa o mercado de trabalho. E esse sim é um fantasma real.



Ilustração: Iotti

Eleições causam polêmica

No dia 18 de abril passado foram realizadas, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal, eleições para a chefia do Departamento de Comunicação, concorrendo dois candidatos: professor Ricardo Silva e professora Vera Ferreira.

Depois de as urnas ficarem abertas para a votação das 9 às 20h30min, foi iniciada a apuração dos votos, conforme estava pré-estabelecido no Regulamento aprovado pela Comissão Eleitoral.

Faziam parte desta Comissão, que elaborou e efetivou as eleições, o professor Wallace Lehmann, a funcionária Eulália Vieira de Oliveira e a aluna Maria Lúcia Badejo, cada um representando a sua respectiva categoria.

Foi adotado pela Comissão um sistema de apuração que consistia em dividir o peso total em três partes iguais, uma para cada classe, embora o número de cada uma fosse muito desproporcional — havia seis funcionários, 23 professores e 380 alunos com direito a voto, o que, "quando da elaboração dos critérios de apuração, não foi considerado", segundo a professora Maria Helena Weber.

Com 31 votos — 14 de alunos, 11 de professores e seis de funcionários — a professora Vera Ferreira venceu o professor Ricardo Silva — com 152 votos de alunos, oito de professores e nenhum de funcionários —, que teve, no total, 160 votos.

FUNCIONÁRIOS DECIDIRAM

"Seis funcionários tendo direito a uma parcela de 33% dos votos, a mesma que os 23 professores, equivale a dizer que cada voto de funcionários valeu por três de professores", ressalta Anajara Carbonell, formanda do curso de Publicidade e Relações Públicas.

O professor Blásio Hickmann, ex-chefe do Departamento de Comunicação, afirma que "as eleições foram realizadas conforme regulamento aprovado previamente, o que impede que se questionem de forma alguma os resultados apontados".

Já para o professor Sérgio Rosa, publicitário, não se está questionando o resultado das eleições em si, mas sim os critérios de proporção entre as classes, "que lembram os casuísmos criados durante o governo do general Ernesto Geisel", onde uma pequena categoria tinha o mesmo peso, nas eleições, que uma mais numerosa.

De uma maneira geral, as pessoas envolvidas diretamente com a Faculdade de Comunicação não discutem a eleição da professora Vera Ferreira, mas discordam dos critérios de representatividade adotados, visando, sempre, com isso, a um maior aperfeiçoamento para que esta forma não seja utilizada em futuras eleições dentro da Universidade.

Daniel L. de Oliveira

Expediente

Jornal-laboratório dos alunos do oitavo semestre do curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Primeira edição do primeiro semestre de 1985, elaborada pela turma da disciplina de Laboratório Gráfico II, sob a coordenação dos professores Anibal Bendati e Pedro Maciel.

Participam desta edição:

Carlos Henrique Iotti, Charles Soveral, Cláudia L. Müller, Daniel L. de Oliveira, Ednéia Barboza, Eliane Cuperstein, Guilherme T. Loss, Inara Lunge, Itamar Garcez, Kely A. Rodrigues, Luciano A. da Silva, Márcia Detoni, Neusa Ribeiro, Olmiro Dall'Agnol, Paulo Acosta, Regina Dornelli, Teresa Cristina Machado e Vera Michelena.

Chefe do Departamento de Comunicação:

Vera Ferreira

Diretora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Lourdes Gregol Fagundes
Rua Jacinto Gomes, 540

TRÊS QUATRO

Foto: Luiz Henrique Fontoura



Estado propôs nova opção de leitura e durou apenas duas semanas

Estado fracassa e reduz mercado

O jornal *Correio do Povo* da Empresa Jornalística Caldas Júnior continua suspenso e foi fixado por sua direção que até o dia 20 de abril deverá ser definido se o jornal volta ou não e se volta, em que data. Desde 16 de junho de 1984, quando circulou a última edição, a empresa não conseguiu resolver os problemas que geraram sua crise.

E o jornal *O Estado do Rio Grande*, do Grupo Editorial Sinos SA, que iniciou no dia 4 de março — alegando que não surgiu para ocupar o espaço do *Correio do Povo* — durou apenas 12 edições.

O *Correio do Povo* ao contrário de *O Estado* tem chances de voltar. A empresa de *O Estado*, que alegou motivos técnicos para a suspensão do jornal, não acredita que ele possa retornar, ainda que os terminais de computadores que estavam com problemas, o que vinha sobrecarregando o parque gráfico de Novo Hamburgo, motivo oficial da suspensão, venha a ser consertado.

O processo do Estado do Rio Grande, frustrado na prática, era comandado de Porto Alegre por terminais de vídeo que substituíam as máquinas de escrever e que remetiam o material editorial para Novo Hamburgo onde fica o parque gráfico para montagem e impressão.

Bruno Ferreira, secretário do *Correio do Povo*, diz que "o jornal volta e bem melhor do que antes, pois desde a greve dos funcionários em 1983, ele vinha saindo deficiente".

Na verdade, o fim do *Correio* e o fracasso de *O Estado* geraram uma brecha dentro do mercado profissional e eliminaram opções de leitura.

"A tradição de 90 anos que o *Correio* possui conta muito perante o seu público leitor e, reorganizando o departamento de propaganda de forma agressiva e forte, o jornal tem tudo para dar certo", afirma Bruno.

Hoje o *Correio* conta com 556 funcionários vinculados à empresa, mas nem todos estão trabalhando, sendo que 56 pertencem à redação, e nenhum deles está recebendo salário.

"O *Correio* terminou de maneira bastante precipitada, muita gente não estava preparada para ficar sem emprego, explica Antônio Gonzalez, jornalista com 25 anos de Caldas Júnior e editor chefe durante a breve existência de *O Estado*.

Ninguém pensou também que o Estado fosse durar tão pouco, ainda mais que houvesse um desentendimento entre os sócios majoritários, Paulo Sérgio Gusmão e Mário Alberto Gusmão e o sócio minoritário, Mario Jarros. Apesar de minoritário, Jarros, junto com o conselho editorial, foi contra a idéia do fechamento do jornal.

Segundo Antônio Gonzalez, o Estado poderia ter resolvido o problema dos terminais em um ou dois dias, porém seus acionistas majoritários, com apoio dos executivos de Novo Hamburgo, não aceitaram esta possibilidade.

Bruno Ferreira acredita que mesmo com as demissões e com os diversos processos judiciais, "o *Correio* poderá voltar, com a equipe que continua vinculada à empresa e com a contratação de jornalistas, recém egressos das faculdades de Comunicação Social, o que também ajudaria a controlar o problema de mercado".

A idéia de *O Estado* foi frustrada, porém o grupo que ajudou a erguer este projeto não vai desistir avisa Gonzalez. "Estamos nos mobilizando para buscar meios financeiros e organizar um novo jornal", diz ele.

Eliane Cuperstein



Crise sufoca jornais gaúchos

A decadência econômica e política do Rio Grande do Sul tem se refletido diretamente na situação da imprensa. O Estado chega este ano com um déficit orçamentário de 980 bilhões de cruzeiros, cofres raspados e bancos quebrados. A imprensa gaúcha, que já foi das mais importantes do país, reduz-se, em níveis regionais, a apenas dois títulos, *Zero Hora* e *Jornal do Comércio*.

Em termos de população existe apenas *Zero Hora*, já que o *Jornal do Comércio*, mais dedicado à economia, principalmente comércio e indústria, reduz drasticamente seu próprio público. E sua tentativa de aumentar o número de leitores com a inclusão de esportes entre seus temas e a venda em bancas ainda não conseguiram fazer o jornal vender mais de 50 mil exemplares diários.

Zero Hora, um dos jornais de maior crescimento do país, ampliou sua participação em quase 20 por cento depois do fechamento dos jornais *Folha da Tarde* e *Correio do Povo* em junho do ano passado. Suas vendas chegam agora a 120 mil jornais diários e crescem para 220 mil aos domingos.

Mas é uma situação que, evidentemente, não é confortável para nenhuma das partes envolvidas no processo de fazer jornalismo. A população porque não fica em condições de escolher ou comparar. Os jornalistas porque o mercado de trabalho reduziu-se sensivelmente. E *Zero Hora* porque corre o risco de perder os parâmetros de um mercado de notícia em rápida mudança junto com as instituições políticas do país.

As mudanças na situação do jornalismo gaúcho foram extremamente rápidas. Em dezembro de 1979 fechou o jornal *Diário de Notícias* em meio à crise que afundaria o império dos Diários e Emissoras Associadas, de Assis Chateaubriand.

Em março de 1980, no primeiro sinal da grave crise que envolveria a Caldas Júnior, foi fechado o jornal *Folha da Manhã*. Na época, talvez até como forma de ignorar a realidade, a morte do jornal acabou sendo atribuída ao saneamento de um suposto esquerdismo que tomara conta de uma das redações da tradicional e conservadora empresa jornalística.

Só o fechamento desses dois jornais e do semanário *O Rio Grande*, da também extinta Cooperativa dos Jornalistas, significou o fim de 600 mil exemplares de jornais por mês. O fim do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde* retirou das bancas mais 110 mil exemplares diários. A esperança levantada pelo jornal *O Estado do Rio Grande*, do Grupo Editorial Sinos, de Novo Hamburgo, durou apenas 12 números em março passado.

Oficialmente seu fim deveu-se a problemas técnicos com o moderno sistema de transmissão de informações. Mas não seria errado procurar também explicações na cambaleante economia gaúcha. O RS está pagando apenas em juros da dívida, este ano, o total de 3,86 trilhões de cruzeiros, mais do que sua receita. A arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias, a mais significativa fonte de caixa do Estado, é insuficiente para cobrir a folha de pagamento do Estado. Numa situação assim, embora nem tudo dependa do Estado, torna-se difícil que o jornalismo gaúcho possa desenvolver-se. E estranho seria que estivéssemos na mesma situação do Paraná que com o mesmo número de habitantes no Estado (8 milhões) e na Capital (1,2 milhões) possui nove jornais diários.

Por isso, também, é que fica cada vez mais difícil acreditar nas promessas, diariamente repetidas pela Caldas Júnior, de que o *Correio do Povo* vai voltar.

Universidade crê na Nova República

A nova república está trazendo em seu rastro uma série de expectativas para a população brasileira. Na universidade a situação não é diferente. Para os professores a escolha do senador Marco Maciel para ministro da educação causou espanto, já que ele não é tradicionalmente um professor de renome. Mas ao mesmo tempo, pode trazer benefícios à educação do país, pois é um político hábil.

Francisco Ferraz, reitor da UFRGS indicado durante a velha república entre seis nomes, sem eleição direta, espera que o ministro da educação atue, aumentando recursos para todas as áreas da universidade. Para o reitor, o clima é de esperança e otimismo sem falar em democratização da universidade pois esta é uma antiga reivindicação dos professores. Mesmo assim, Francisco Ferraz acredita que o ministro Marco Maciel vai atuar mais como político do que como educador, remanejando todo o potencial que a universidade tem para incrementar o processo educacional do país.

Todos estão esperançosos e otimistas, como o reitor. A ascensorista que opera o elevador da reitoria está esperando que as horas extras que faz diariamente sejam incluídas em folha suplementar há mais de um ano. "Mas agora mudou o ministro, e esperamos que ele faça alguma coisa a mais por nós", disse ela. O mesmo acontece com a funcionária da Faculdade de Ciências Econômicas, que trabalha na secretaria, Rosa Maria da Silva. Ela trabalha 8 horas por dia, com um contrato de 6 horas, sem ganhar as extras. Aí, esta é uma reivindicação que está sendo encaminhada até o ministro com a maior urgência possível. Os professores, através da Associação dos Docentes da UFRGS, estão preparando um dossiê para ser entregue em Brasília, com todos os itens levantados como dificuldades encontradas entre professores e funcionários. E a redemocratização da universidade é um assunto que, com a reposição salarial dos professores e funcionários é considerado prioritário.

Na opinião do professor Claudio Scherer, da ADURGS, a redemocratização é necessária para que todos tenham participação na escolha de seus dirigentes. E que toda a população tenha realmente acesso à universidade, sendo necessária uma discussão geral para remodelagem dos cursos de formação de segundo grau, inclusive a entrada na universidade.

Os professores também querem melhores condições de trabalho para melhorar a qualidade de ensino e para isso é preciso mais verbas para a manutenção de pesquisas e laboratórios de estudos.

E os estudantes? Estes estão na expectativa de mudanças. Para a maioria, a nova república é uma continuação disfarçada da velha república. Eles continuam querendo diretas já, Constituinte e começar tudo de novo. E não acreditam que o ministro vai fazer muita coisa. Para os menos ansiosos, o clima também é de esperança e otimismo, pois ainda estamos no início do governo, apesar da doença do presidente Tancredo Neves. "Esperamos sim, que o ministro, mesmo sendo político, saiba aproveitar as pessoas que têm conhecimento do ensino brasileiro, para discutir e modificar os pontos de maior necessidade", disse Luiz Carlos Domingues, presidente do Diretório de Estudantes da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Um desses pontos é a implantação de novos currículos, como está acontecendo este ano no curso de comunicação. Para Luiz Carlos, este já é um assunto definido pelo Conselho Federal de Educação. "O que interessa agora é discutir o aproveitamento correto de todas as novas matérias, com professores que realmente conheçam o assunto e não apenas tapem buracos, porque a matéria tem que ser cumprida", disse o representante dos estudantes.

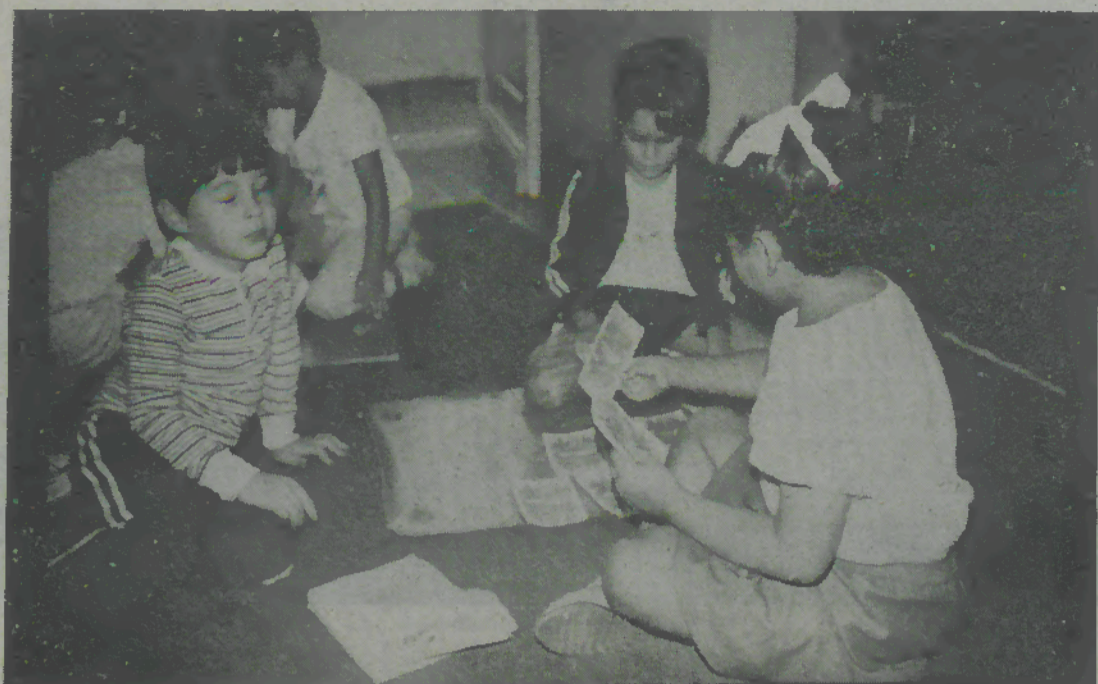
Inês Bernal, uma estudante que interrompeu o curso de Comunicação por necessidades profissionais há quatro anos e está voltando agora aos bancos escolares, quer mesmo terminar o curso. "E se o ministro ou o Governo fizerem mudanças na universidade agora, ótimo para os que ficarem. Mas acho que essas mudanças vão custar a aparecer".

Neusa Ribeiro

Verbas são escassas

A república é nova, mas os recursos para a educação, como descobriu o ministro Marco Maciel, continuam sendo escassos. Por isso ele se reuniu no início deste mês com seu colega da Fazenda, Francisco Dornelles, para levantar novas fontes de recursos para a educação. O total de recursos disponíveis este ano, de 2,7 trilhões, é insuficiente para manter até mesmo o sistema educacional existente. E a sugestão de Maciel é que sejam obtidos recursos do próprio Tesouro Nacional, do Finsocial e da Loto, para que pelo menos aumente a percentagem de crianças que conseguem frequentar as primeiras séries do primeiro grau, já que esta é a prioridade de sua pasta.

Para a universidade o ministro ainda não falou em aumentar as verbas mas instalou no último dia 25 uma comissão de alto nível que vai estudar a reforma do ensino superior. A comissão formada por 23 membros tem o prazo de seis meses para apresentar sugestões e soluções. E já decidiu que desta vez não será feita mais uma reforma universitária. Segundo Marco Maciel "a instalação desta comissão é um primeiro passo para fazer uma pré-constituinte da questão universitária brasileira".



Fotos: Jorge Delpiaz

O Patinho Feio inova alfabetizando crianças precocemente

Patinho Feio oferece agora primeiro grau

O maternal Patinho Feio, dirigido pela psicóloga Luiza Rosa Machado, começou a oferecer, a partir deste ano, o 1º grau para os alunos de suas quatro unidades. São na sua maioria crianças de cinco a seis anos que já faziam parte da escola. As turmas variam de 12 a 16 alunos, que são atendidos por cinco professores que procuram desenvolver paralelamente a área cognitiva, afetiva e a sociabilidade da criança. Como qualquer escola particular que atue nessa área, as suas mensalidades são pouco menores que os gastos com uma universidade: por volta de 90 a 150 mil cruzeiros.

A professora Léa da Cruz Fagundes, coordenadora do Laboratório de Estudos Cognitivos da UFRGS, explica que isso acontece porque a população é menor. Enquanto um "professor universitário atende entre 50 a 100 alunos", a pré-escola — e mesmo esse tipo de 1º grau — trabalha com um número reduzido de crianças e num espaço físico obrigatoriamente grande, para dar liberdade de movimentação aos alunos. A mensalidade portanto tem de cobrir todos os custos, e na Escola Dinâmica de 1º grau Maria Montessori as mensalidades do primeiro semestre desse ano de 85 custam 95.000 cruzeiros.

A diferença de escolas particulares como a Escola Dinâmica e outras do estado é que essa permite que os seus alunos ingressem no 1º grau com idade inferior a usual. As necessidades do mundo moderno estão apressando, em função da concorrência, a modificação dos conceitos de educação. Por outro lado a alfabetização precoce que ainda causa discussões já está se tornando realidade.

Para a psico-pedagoga Sônia Azambuja, que cita Downing, um teórico da educação, prontidão para a aprendizagem é o momento em que a criança está em condições de iniciar o processo de leitura e escrita sem tensão e com prazer. Não existe uma idade exata

em que a criança deva começar a ser alfabetizada, porém é necessário, que já estejam formadas as estruturas mentais indispensáveis para atitudes de aprendizagem mais formais. Se a criança ainda não atingiu o nível da abstração ela deve ser trabalhada ao nível concreto.

O Método Montessoriano, adotado no Patinho Feio, surgiu em 1907, na Itália, e foi elaborado pela psiquiatra e pedagoga Maria Montessori. Baseia-se na liberdade de opção das crianças e no respeito pelo ritmo de crescimento de cada uma. Afirma que se as crianças têm estímulos, materiais necessários e a orientação discreta do professor, ela vai naturalmente, de acordo com o seu próprio amadurecimento, desenvolvendo as suas capacidades. Por exemplo, dentro do processo de alfabetização são utilizadas letras de lixa — as letras e vogais do alfabeto. A criança passa talco na ponta dos dedos e passa os dedos na lixa.

Toma contato ao mesmo tempo com o concreto, que é a sensação

do toque, e com o abstrato, que é o som da letra. Ela poderá manusear esse material enquanto quiser. Através do manuseio, e da tentativa de juntar letras e formar novos sons é despertado o gosto e a curiosidade pela alfabetização. De acordo com o método, a criança só será alfabetizada se ela se interessar, porque aí, sim, não se pode apressar o processo individual de cada uma.

O importante é que a criança esteja preparada para agir e reagir nas suas diversas fases de desenvolvimento. Que ela aprenda a optar e se torne segura e, portanto, com condições de encarar o seu próprio crescimento sem medo, sem vergonha de errar, sem ser reprimida. A sua liberdade estará ligada ao seu grau de independência e responsabilidade. A educação nesse caso é usada como uma proposta de reflexão gradativa, como meio de integração social e uma ajuda às leis naturais do desenvolvimento humano.

Ednéia Barboza



Método Montessori ensina brincando

UFRGS recupera salas e faz estúdio de TV

Para garantir aos alunos um melhor índice de aprendizagem e aproveitamento, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) iniciou o ano de 85 com reformas nos prédios e a promessa de um Estúdio de TV para o Curso de Comunicação Social.

O projeto de reformas, implantado na UFRGS durante os meses de janeiro e fevereiro deste ano, conta com uma equipe de trabalho de 10 profissionais de nível superior (engenheiros e arquitetos), 98 de nível médio e 15

serventes. O projeto atingiu, em toda a Universidade, uma área de 13.400m²; 336 salas de aula reformadas; 336 quadros negros recuperados; 4.200 lâmpadas repostas e 1350 reatores substituídos; 7.000 peças de mobiliário foram lixadas e pintadas; 300 persianas recuperadas; forros e vidros foram substituídos.

Ainda não foi calculada a verba total gasta nesta reforma, já que a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) arcou com todas as despesas de

materiais usados durante os trabalhos.

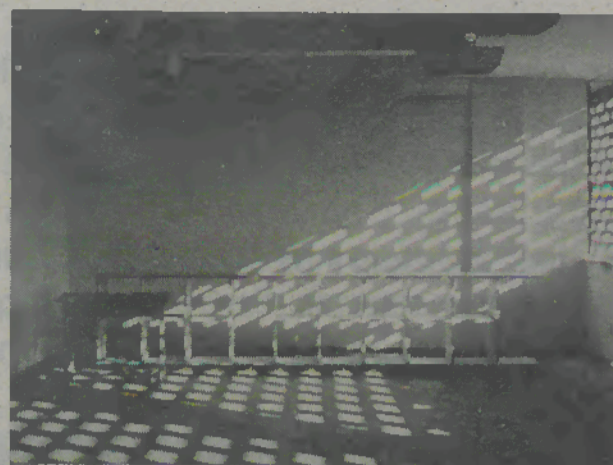
O objetivo de restaurar as condições mínimas de uso de todas as salas de aula teóricas da UFRGS já foi atingido em 50%. Em abril ou maio um novo projeto poderá ser realizado, desde que haja recursos financeiros.

A diretora da Fabico, Lourdes Gregol Fagundes, salienta a preocupação na reforma de criar o Estúdio de TV, que é uma necessidade dos alunos de Comunicação. O professor Kleber Ferreira, um dos responsáveis pelo estúdio, acredita no seu funcionamento ainda neste semestre, já que um estudo feito por engenheiros dá a possibilidade de concluir o estúdio ainda em abril.

O material técnico que a Faculdade dispõe (uma câmara externa, um VT portátil, um VT para edição, dois monitores) são suficientes para iniciar o funcionamento do estúdio, segundo o professor Kleber.

A professora Lourdes, diretora da Fabico, está muito feliz com o andamento das metas do reitor da Universidade e acha que melhores condições de ensino serão dadas aos alunos com a implantação do novo currículo a partir do novo semestre deste ano.

Mônica Balleto Canto, aluna da Biblioteconomia, notou o aspecto físico da Faculdade, bem como banheiros, sala de aulas e quadro negro, "tudo bem limpo e com bom aspecto", embora seja uma aluna que está iniciando agora o curso. Apenas contestou que ainda não existe um número su-



O ano iniciou com reformas e promessa



Fotos: Léo Gerchmann

O elevador continua sendo problema crônico

ficiente de salas de aula na Universidade, pois no início tiveram que ter aula no auditório. Sua colega Ana Maria Galvão, salienta ainda o problema do elevador de uso de alunos que não funciona, ocasionando uma espera do outro elevador que na maioria das vezes está a dispor de carregamentos de materiais de uso da Gráfica da UFRGS. Elogiou muito o bom recebimento que teve por parte dos alunos veteranos da Faculdade e do bar que funciona no prédio, onde oferece ótimos lanches.

Segundo as alunas a conservação do prédio depende muito da cabeça de seus colegas, pois

alguns danificam paredes e mesas, parecendo ginásios.

Lourdes Gregol, diretora da Fabico afirma que o problema do elevador não foi esquecido, ocorre que ele não é simples e depende de verbas que no momento não existem. Talvez quando o novo projeto de reformas seja implantado solucione o problema do elevador, que poderá até ser trocado. Assegura a diretora que o objetivo do reitor Ferraz será alcançado a longo prazo, quando então, a Universidade será uma *Universidade*".

Vera Michelena

Desde o dia 21 de dezembro a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (Fabico) possui nova direção. A professora Lourdes Gregol Fagundes, que esteve em terceiro lugar na lista sêxtupla de indicações da faculdade, acabou sendo escolhida pelo Ministério da Educação. O professor Blásio Hickmann nomeado para ocupar o cargo de vice-diretor, constava no primeiro lugar da nominata de candidatos, elaborada pela comunidade da Faculdade.

A nova diretora explica que, no período em que estiver administrando a faculdade, vai abrir espaço para que os professores, funcionários e alunos expressem seus problemas e reivindicações.

"Minha administração está baseada no trinômio funcionários, professores e alunos e eu acredito que é somente através do diálogo e entendimento destas três partes, que nós conseguiremos administrar bem a faculdade", destaca a professora Lourdes.

Há doze anos atuando como professora de biblioteconomia, Lourdes Gregol diz ter sido apanhada de surpresa com a indicação de seu nome para administrar a faculdade. "Eu estava pre-

Fabico já tem nova direção



Lourdes: Diálogo e entendimento para administrar

parando minha aposentadoria", garante a nova diretora. "Não esperava minha indicação".

Apesar da surpresa inicial, a professora conta que procurou rapidamente tomar algumas medidas que atendessem os alunos antes mesmo do início das aulas. "Conseguimos que a primeira Faculdade da UFRGS a receber reformas e pinturas nas salas de aula fosse a nossa. Quando os alunos chegaram em março, já encontraram as salas limpas e pintadas, com jeito de casa nova.

Segundo o professor Blásio Hickmann, vice-diretor, alguns problemas crônicos da faculdade começam a ter soluções definitivas. Entre eles a falta de material fotográfico e de um local para o estúdio de TV, problemas que a nova direção procurou resolver assim que começou a administrar a Faculdade. "O professor de fotografia já tem o seu material para este semestre e estamos transformando uma sala de aula em estúdio", enfatiza o vice-diretor.

Com a Nova República, Lourdes Gregol acredita que o ensino ganhará uma ênfase especial, e para ela a indicação do senador Marco Maciel poderá significar uma boa contribuição para o de-

envolvimento da educação no Brasil. "Eu tenho acompanhado a carreira do senador Maciel. Para mim, ele é um homem muito correto e neste particular ele goza de boa reputação junto às bibliotecárias".

A diretora destaca que o reitor Francisco Ferraz tem tido uma preocupação especial para com a Fabico. Por isso diz que não acredita que as medidas anunciadas pelo governo, proibindo as contratações até o final do ano, venham a prejudicar a implantação do novo currículo, a ser adotado a partir do próximo semestre. "O reitor Ferraz já esteve em Brasília discutindo este problema. Acredito que vai se fazer um estudo de caso a caso e nós não seremos prejudicados".

Lourdes Gregol lembra, ainda, que conta com a participação de todos e destaca a colaboração do professor Blásio para o sucesso da sua gestão. "Eu desejo que todos participem e colaborem. Democracia começa dentro de casa e acho justo que os alunos, funcionários e professores cobrem tudo o que estiver sendo feito errado e apoiem o que estiver certo".

Charles Soveral



Foto: Ana Luiza Freitas

O aeromóvel parado, esperando dólares. O trem japonês anda

Hoje, toda a população que diariamente se desloca entre o centro da cidade e o terminal do Beco do Carvalho, passando pela Avenida Ipiranga inteira — e isso inclui a grande massa de estudantes da PUC — poderia fazê-lo num transporte barato, ágil, silencioso, constante e muito mais moderno do que qualquer outro meio de transporte disponível no País. O aeromóvel existe e funciona — como faz questão de ressaltar seu inventor, Oskar Coester — e pode até ser visto e utilizado no curto trecho feito para testes nas proximidades do centro administrativo.

O projeto de linha entre o centro da cidade e o terminal do Beco do Carvalho também existe, e é viável. Mas Oskar Coester aguarda as providências do governo que tenta conseguir do Banco Mundial um empréstimo em dólares para financiar o aeromóvel, num total de 70 milhões de dólares, sem resultados práticos até agora. Ao mesmo tempo — sem grandes problemas — o mesmo governo consegue facilmente assumir uma dívida cinco vezes maior, de US\$ 350 milhões, para comprar um “pacote japonês” de trens elétricos para a implantação do trem metropolitano, através da Trensurb.

Todas essas dificuldades não desestimulam o pelotense Oskar Coester que, em 1960, quando entravam em operação os primeiros jatos entre Porto Alegre e Rio, fazia diariamente o trajeto entre o Galeão e o Leme sem poder fugir à comparação. Ele perdia mais tempo — duas horas — no deslocamento urbano de 30 quilômetros, do que no vôo entre Porto Alegre e Rio de Janeiro, de 1.500 quilômetros.

“Neste século, as atividades humanas tiveram um desenvolvimento impressionante, em todas as áreas. Menos no transporte coletivo, que continua fazendo as pessoas perderem um longo tempo de

suas vidas, que poderia ser dedicado ao lazer, por exemplo.”

Então, Oskar passou a avaliar, também, os meios de transporte existentes, todos com o problema de tracionamento na roda, convencional, o que aumenta o atrito, permitindo maior aderência para as manobras, mas roubando muita energia e exigindo muita potência. O sistema roda-trilho, por sua vez, com muito menos atrito, apresentava o problema no momento de subir rampas ou de frear. Para idealizar o meio de transporte que considerava necessário, Oskar Coester se fixou no barco a vela:

“É um meio de transporte rápido, que não gasta outra energia além do vento.”

No aeromóvel, o veículo é impulsionado, também, pela força do ar, por baixo, ao contrário do barco, onde o vento impulsiona agindo em cima, na vela.

“Para isso, são construídas as vigas duto-ar, que têm três funções: sustentação do veículo, duto-ar, e passarela, para o caso de o veículo estragar e o usuário ter que descer no meio do caminho, fora da estação.”

O aeromóvel teria capacidade de transportar 300 passageiros, e circularia um veículo de cada vez.

“A estimativa é de que seriam atendidos 12 mil usuários por hora, um volume bem maior do que o corredor de ônibus. A cada 90 segundos passaria um veículo, com um total de 40 viagens por hora. É muito mais interessante se ter a possibilidade de tomar o meio de transporte a cada um minuto e meio, mesmo que a capacidade seja de 300 passageiros, do que es-

perar 15 minutos e tomar uma composição que leve 3.000 passageiros, ou seja, o mesmo número que seria levado no primeiro caso. Principalmente porque se reduziria o tempo de permanência das pessoas nas estações.”

Enquanto estas idéias ficam apenas no papel, à espera de um financiamento, Oskar Coester recebe propostas de muitos países, propondo a compra da tecnologia, com ofertas tentadoras:

“Os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha e o Japão já entraram em contato comigo. Mas eu não me preocupo apenas com as vantagens que eu poderia obter sem dores de cabeça. Antes eu quero ver o aeromóvel funcionando numa linha regular no Brasil. Eu quero dar a minha contribuição para que o transporte coletivo se torne mais ágil, mais rápido. Mesmo porque, depois que o aeromóvel estiver operando, as propostas serão melhores ainda.”

Enquanto aguarda que os dólares para o aeromóvel saiam com a mesma facilidade com que saíram para o trem japonês, Coester ganha “o pão de cada dia” com uma indústria de equipamentos sofisticados para a marinha de guerra brasileira, na sua fábrica em São Leopoldo. E torce para que o aeromóvel, os seus benefícios, os empregos que ele geraria — ao contrário dos pacotes importados — se tornem uma realidade. E, mesmo que não consiga, Coester está preparado:

“Pelo menos eu tentei. Eu só quero que o aeromóvel esteja funcionando quando se concluir que ele realmente é possível e que não seja mais um “elefante branco” dos muitos que temos por aí.”

Paulo Acosta

Seminário discute mudanças no Plano Diretor

Um seminário organizado pela Presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre, realizou-se do dia 7 ao dia 10 de maio corrente na Delegacia do Ministério da Fazenda, tendo como proposta discutir a cidade e o seu plano diretor.

Entre os diversos aspectos relativos à cidade, foram escolhidos dois que mais de perto tratam dos problemas enfrentados cotidianamente pelo cidadão. A construção da cidade, que foi o primeiro painel, tentou formular, através de diferentes abordagens, um quadro geral da situação atual da crise econômico-financeira que atravessa o município e seus reflexos diretos na estrutura da cidade e no cotidiano do portoalegrense. O segundo painel, a gestão da cidade, propôs-se a avaliar os aspectos relativos à gestão política e administrativa do município no novo cenário político que se instala com a Nova República.

A partir destes dois aspectos relativos à cidade, selecionados pela comissão que organizou o seminário, originaram-se quatro temas destinados a orientar a discussão e a reunir os participantes em grupos de trabalho. O primeiro tema, Habitar a Cidade, tentou analisar as contradições entre a cidade idealizada em termos de planejamento e a situação real dos moradores de Porto Alegre. Outro tema, Trabalhar na Cidade, analisou a situação de crise da economia da cidade, do ponto de vista das oportunidades, segundo as categorias industrial, comercial, prestação de serviços, das localizações e das alternativas existentes e possíveis de serem criadas.

Já o tema Construir a Cidade tratou das formas que assumem na cidade a contínua atividade construtora pública e privada e os processos de transformação que sofrem as ruas, praças e bairros.

O último tema, Perspectivas de Transformação da Cidade, dedicou-se à análise das formas de crescimento da cidade, tentando investigar o funcionamento dos mecanismos de controle e incentivo à expansão urbana, destacando o levantamento de formas alternativas de participação popular na elaboração dos programas e políticas públicas de controle e incentivo à expansão urbana, bem como no processo de decisão sobre a ocupação de áreas, sua qualidade e definição de prioridades.

Para Eleonora Annes, arquiteta, assessora da Presidência da Câmara, membro da comissão que organizou o seminário, a proposta imediata não é modificar o plano diretor da cidade. Antes disso, o seminário pretende criar canais para a participação dos cidadãos na administração pública.

Outro objetivo do seminário, que se chama O Plano, O Homem, Uma Cidade, é tentar maior entrosamento entre a Câmara Municipal e a cidade. Mesmo porque, segundo Eleonora, uma mudança do plano diretor da cidade deveria envolver todos os setores da cidade que sofrerão mudanças e não ser apenas uma reunião de técnicos e legisladores.

Assim, a comissão organizadora procurou não criar expectativas de soluções para os problemas, mas, antes, proporcionar condições para que todos os representantes da cidade pudessem participar do seminário.

Carlos Alberto Recacho

Obras sem fim

Uma das únicas igrejas de Porto Alegre que possui adro, espécie de pátio fronteiro, o templo do Bom Fim, localizado na avenida Osvaldo Aranha, 462, está em fase final de restauração pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, após anos de muita polêmica em torno de sua conservação.

Pertencente à Congregação Missionária Redentorista, a igreja do Bom Fim, inaugurada em 1872, deu origem ao nome do bairro onde está situada e foi fechada em setembro de 1972, pois não apresentava condições de segurança para sua utilização.

A partir daí foi criada uma grande polêmica entre a congregação responsável pelo templo, a comunidade do bairro e pessoas ligadas ao patrimônio histórico. A congregação queria a demolição da igreja, segundo sua versão para a construção de um

templo maior, já que a atual tem lugar para apenas 150 pessoas. Porém, a Comissão de Patrimônio Histórico e Cultural denunciava que a congregação queria demolir a igreja para construir dois prédios residenciais no local.

Em 1977 uma lei listou os prédios e monumentos de valor histórico e cultural da cidade e entre estes constava a igreja do Bom Fim. Com esta lei os prédios não poderiam ser demolidos por seus proprietários, apenas serem vendidos se quisessem.

Entretanto, enquanto a lei permanecia sem aprovação, a igreja estava abandonada, já por quatro anos, sendo estabelecida sua restauração, por um grupo de pessoas e com o patrocínio da Prefeitura Municipal, em novembro de 1976.

Em 17 de maio de 1983 foi assinado um acordo entre o repre-

sentante do patrimônio, Leandro Telles, e Aloysio Schneider, da Congregação, para a prefeitura efetivar a restauração e a construção de dois prédios, para a congregação, na Osvaldo Aranha e um na rua Barros Cassal.

Neste período de dez anos em que o templo esteve fechado, além da polêmica em torno da conservação, houve o desaparecimento de imagens sacras, como uma de Santa Catarina que possuía uma espada de ouro, dois incêndios sob suspeita de terem sido criminosos, além da total depredação do prédio.

O arquiteto Robert Levy, formado pela UFRGS, é responsável pela restauração da igreja, que já está na quarta etapa, de um total de cinco.

Para ele o prédio, de estilo eclético, parte gótico com mistura de romano, tem grande valor estimativo para o bairro ao qual deu o nome e à própria história da cidade de Porto Alegre.

Nas quatro etapas já realizadas, Robert Levy explica que já foram feitas a estabilização de alvenaria, cobertura, rebocos internos e externos, esquadrias foram restauradas ou substituídas, as tribunas, coros e forros. A escadaria do átrio foi reconstruída e iniciada a restauração dos vitrais. Com isto foram gastos Cr\$ 55 milhões, dos Cr\$ 125 milhões que calcula o arquiteto serem necessários para o término da obra.

Com o término previsto para o final do ano, o arquiteto Robert Levy diz que na última etapa está programada a colocação do assoalho, feita da parte elétrica e pintura, dispondo para isto de Cr\$ 48 milhões, embora cálculos prevejam gastos em torno de Cr\$ 70 milhões.

Luciano A. da Silva



Luciene: não tem ninguém para patrocinar

Festival discute cinema do Sul

Realizou-se em março, em Gramado, o 13º Festival de Cinema Brasileiro, que este ano trouxe algumas novidades que o tornam ainda mais importante entre os festivais de cinema desenvolvidos em nosso país.

A principal inovação foi a I Mostra do Cinema Latino-Americano todas as tardes, no Cine Embaixador, com entrada franca. Outra novidade foi que os curtas voltaram a ser exibidos à noite junto com os longa-metragens, sendo que alguns curtas gaúchos disputaram com os curtas nacionais.

Durante os sete dias de Festival foram apresentados seis filmes nacionais inéditos de longa-metragem, dez curtas gaúchos, nove curtas nacionais e, dos 21 concorrentes na categoria Super-8, nove eram do Rio Grande do Sul.

Ao contrário do que ocorreu ano passado, quando Verdes Anos (direção de Carlos Gerbase e Giba Assis Brasil), o primeiro filme gaúcho em 35mm, concorreu no Festival e foi premiado com o Kikito Revelação, esse ano os gaúchos participaram somente nas categorias curta e Super-8.

A crise econômica por que passa o Estado e o País é apontada por alguns artistas como um dos fatores que impediram a produção de um longa-metragem para o Festival desse ano pois, segundo Luciene Adami (atriz de Madame Cartô, curta de Nelson Nadotti e que recebeu Kikitos de melhor fotografia e direção), as perspectivas para o cinema gaúcho dependem muito de uma política econômica e, de acordo com ela, no país não há apoio à arte, "não tem ninguém para patrocinar. No sul e no Brasil não há mecenas".

Já para o cineasta Otto Guerra, que recebeu juntamente com José Maia e Lancaster Mota um dos Kikitos de melhor curta gaúcho, (o outro é Cone Sul, de João G. Reis da Silva e Énio Starb), com

as Cobras — O Filme (quatro séries de piadas baseadas nos quadros de Luis Fernando Veríssimo), o problema do cinema gaúcho não é apenas econômico e ele acredita que uma possível solução seria a união dos cineastas gaúchos. "Tem que formar um grupo aqui no Rio Grande do Sul que pressione", enfatiza.

Se a saída depender de uma união, as perspectivas são promissoras para o cinema gaúcho, pois uma das coisas importantes que aconteceram em Gramado este ano foi a proposta da criação de uma Associação dos Cineastas do RS. Para concretizar esta proposta, dia 3 de abril último, estiveram reunidos no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa cineastas para definir entre algumas questões, os estatutos dessa associação. Até agora, o que se tem de concreto é a participação de representantes do RS e de outros estados, no mês de maio, no Ministério da Cultura, em Brasília, para discutirem e solucionarem com o ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, os três grandes problemas do cinema nacional atualmente: A Lei nº 7.300, do deputado Sarney Filho, o Concine e a Embrafilme.

Apesar dos problemas enfrentados pelos profissionais do cinema, há um certo otimismo na frase da atriz Luciene Adami: "eu acho que a coisa está amadurecendo. Diretores, produtores ..., as pessoas estão metendo a cara no mercado. Havendo política econômica tudo vai para frente. Material humano está farto."

Também otimista, Otto Guerra lembra que apesar das dificuldades, desde material técnico (equipamentos, laboratórios), o cinema gaúcho está começando, "tudo é uma questão de tempo. Potencialmente temos chances. Tem bons profissionais".

Keli A. Rodrigues



Igreja do Bom Fim: falta dinheiro para restauração

A França pelo rádio

Para quem deseja manter um contato maior com a cultura francesa sem sair de casa, ou obter informações mais detalhadas sobre cursos de pós-graduação naquele país, a oportunidade está aí. O consulado da França, através de seu adido cultural em Porto Alegre, juntamente com a Associação dos Professores de Francês do Rio Grande do Sul (APFRS) e a Associação Riograndense dos Antigos Estagiários na França (ARDEF), está desenvolvendo o projeto "Reflexos da Cultura Francesa Contemporânea no Brasil". Não se trata de mais um curso em publicação oficial, mas de um programa muito bem transado que a Rádio Universidade está transmitindo, desde o dia 16, todas as terças-feiras às 8 horas e 30 minutos da noite.

Participam deste programa, que recebeu o nome de Cultura Francesa, ex-bolsistas brasileiros que tiveram a oportunidade de se aperfeiçoar em diversas áreas do conhecimento científico, humano e tecnológico nas Universidades Francesas, além de especialistas em assuntos de interesse cultural. Vão ser 15 minutos semanais de informação sobre os mais diversos temas, todos escolhidos em função da realidade econômica e social do Brasil. Para este semestre já estão previstas emissões sobre medicina, arquitetura, antropologia, informática, literatura, teatro, música, astronomia, ciências políticas, gastronomia e moda, sendo que para os ouvintes ainda há mais uma surpresa: a distribuição de

vários prêmios e de um auxílio para estudos no Aliança Francesa.

Segundo o professor Jorge Ducat, chefe do Departamento de Astronomia da UFRGS e membro ativo da ARDEF, o projeto visa, através da divulgação de influência francesa na formação intelectual e profissional de muitos brasileiros, incentivar professores e alunos a pensarem na França como um polo em potencial para o aperfeiçoamento de seus estudos. Com relação e obtenção de Bolsas, o professor Ducat comentou que as possibilidades são múltiplas e estão ligadas exclusivamente ao empenho do aluno, sua formação e ao desenvolvimento de atividade profissional no Brasil. Ele, que já esteve cursando doutorado em Ciências Físicas na França entre 1978 e 1983, sugere aos interessados que procurem órgãos especializados no assunto, como a CAPES e o CNPq, ou ainda o próprio governo da França através de sua embaixada em Brasília, sendo, entretanto, indispensável um contato prévio com alguma instituição de ensino daquele país. Enquanto isto, o Cultura Francesa vai dando as dicas sobre os cursos, a abrangência das formações em diversas áreas e o depoimento do pessoal que já esteve por lá neste mesmo esquema.

Márcia Detoni

Foto: Arquivo 3 x 4 / Miriam Fichtner



Com a democracia PC recebe homenagens

Câmara manifesta apoio nos 63 anos do PC do B

A Câmara Municipal de Porto Alegre dedicou o Grande Expediente do dia 25 de março para homenagear os 63 anos de existência do mais antigo partido em funcionamento no País, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), fundado a 25 de março de 1922.

Na mesa estavam presentes, além do Presidente da Câmara, André Forster, PMDB, o vereador Valdir Fraga, PDT, Edson Silva e Maria Trindade, da Comissão pela Legalidade do PC do B. Os vereadores do PDS se retiraram da sessão.

Os discursos dos vereadores lembraram a trajetória de lutas do PC do B, caracterizando-o como o Partido que dirigiu a Aliança Nacional Libertadora (ALN) e a insurreição de 35, de caráter popular, democrático e antimperialista; o partido da campanha pelo envio de tropas para combater o nazi-fascismo, na 2ª Guerra Mundial; o partido que lutou contra o Estado Novo, pela Anistia e Constituinte, em 45 (que recebeu 10% dos votos, e contribuiu firmemente na defesa dos direitos do povo na Constituição. Os vereadores também destacaram a ativa resistência ao regime de 64, da qual o PC do B teve ampla participação, dirigindo o maior movimento de resistência armada contra o regime: a Guerrilha do Araguaia; as lutas por liberdade que resultaram na fabulosa campanha por eleições diretas para Presidente, e no apoio ao candidato opositor Tancredo Neves que derrotou a ditadura. Foi destacado também que nesses 63 anos apenas pouco mais de 2 anos foram de vida legal; alguns meses em 1922, e entre 1945/47. Os vereadores expressaram a necessidade da liberdade de organização para o PC do Brasil, para todas as organizações hoje forçadas à clandestinidade.

O vereador Antunes, PDT, autor do requerimento da homenagem, lembrou que o surgimento do Partido Comunista do Brasil foi fruto de sucessivas lutas da nascente classe operária no in-

ício do século e da influência da Revolução de Outubro da Rússia, que fez avançar o movimento operário brasileiro.

Por sua vez, o vereador Caio Lustosa, PMDB, reportou o fato de que o PC do Brasil "ainda que hostilizado e repudiado pelas elites, tem raízes profundas nas lutas, sofrimento e dor do povo brasileiro" e afirma que "as elites devem admitir que as amplas camadas da população desse país querem ter vez e voz na construção da democracia" e que "é necessário recuperar os espaços para o povo ampliar sua participação na organização da sociedade, a qual deverá caminhar para o socialismo".

Já o vereador Antonio Hohfeldt, PT, destacou o fato histórico da Câmara Municipal se colocar mais uma vez com clareza e definição sobre uma importante questão política, homenageando o Partido Comunista do Brasil e apoiando a luta pela legalização de todos os partidos clandestinos.

Edson Silva, da Comissão Estadual pela Legalidade do PC do Brasil, destacou que "a Câmara soube traduzir a consciência democrática do povo", salientando "inegavelmente os tempos são outros; há poucos anos não poderíamos nem pensar nessa sessão".

Edson Silva também lembrou "da dura realidade, 63 anos de dificuldades, na absoluta maioria na horripilante clandestinidade imposta pelas classes dominantes, usando de todos os artifícios para extinguir o partido: prenderam, mataram, torturaram, exilaram dezenas e dezenas de melhores filhos do nosso povo. As mesmas classes dominantes são as responsáveis pela situação calamitosa do País", e que, "apesar das dificuldades, o partido não vacilou em estar à frente dos principais movimentos políticos do povo; apesar da tamanha repressão sofrida, o Partido Comunista do Brasil sobreviveu; demonstrando que, nesse episódio, os derrotados são as classes dominantes, pois apesar de toda campanha anticomunista, hoje, quando o PC do B aparece nas ruas, é saudado e bem recebido pelo povo". Concluindo, Edson sublinhou que "a luta que realizamos pela legalização de todas as organizações hoje na clandestinidade é decorrente de uma imposição da realidade", e que "continuamos (os comunistas) na luta, unitariamente, com todas as forças políticas dispostas a combater a reação e lutar pelo progresso e justiça social para nosso povo".

Encerrando a homenagem ao Partido Comunista do Brasil, o presidente da Câmara, André Forster, manifestou a honra da Câmara em prestar tal homenagem, e se solidarizou com a luta pela legalização do PC do B, como expressão do reconhecimento do papel histórico que os comunistas desempenharão na luta democrática no País.

Guilherme T. Loss



Foto: Mara Rejano

Nas ruas, a campanha

Em Porto Alegre, a Comissão Estadual pela Legalidade do PC do Brasil realizou, no plenário da Assembleia Legislativa, um ato-show pela Legalidade, dia 22 de março. O Ato contou com a presença de 1.500 pessoas, entidades e personalidades como OAB, UNE, UBES, UEERs, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, deputados e vereadores, Associações de Moradores, sindicalistas. Os discursos trataram não só da defesa da liberdade de organização partidária, como também o destaque de que a legalização do Partido Comunista do Brasil hoje é uma necessidade para todos os democratas, como afirmou o presidente da OAB-RS, Luis Carlos Madeira. "A não legalização do PC do Brasil implica a negação dos direitos democráticos".

Ainda em fins de março, manifestações pela Legalidade foram realizadas em todo o país, combinado com a comemoração dos 63 anos de vida do PC do B. O ponto alto ficou com o Ato de São Paulo, que levou 15 mil pessoas ao Ginásio do Pacaembu no dia 23.

Estas manifestações não só deram grande impulso à campanha pela Legalização do PC do B, como também despertaram grande interesse do povo por conhecer melhor as idéias e a História do Partido Comunista do Brasil.

"A legalização do Partido Comunista do Brasil é parte integrante do avanço democrático do país", afirma o órgão central do PC do B, o jornal "A CLASSE OPERÁRIA" de março de 85, e "ela é viável e possível em um prazo não muito longo".

Capitais agora elegem prefeitos

A emenda constitucional devolvendo autonomia política às capitais de estado, municípios caracterizados como área de segurança nacional e estâncias hidro-minerais regida pela comissão interpartidária, estabelece que nas eleições municipais de 15 de novembro deste ano poderá haver coligações entre partidos, ficando proibida a sublegenda. E permitirá a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

Até dezembro de 1984 eram 106 os municípios brasileiros que tinham seus prefeitos nomeados pelo Presidente da República a partir de uma lista apresentada pelo Governador do Estado. Concedida autonomia a 75 desses municípios pelo ex-presidente João Figueiredo, restaram 31 que terão agora, seus prefeitos escolhidos pelo povo através do voto direto.

Nessa relação de 31 municípios — área de segurança — estão listadas nove cidades gaúchas mais a capital do estado. O que no Rio Grande do Sul significa a restituição do direito de voto a cerca de 300 mil eleitores.

Os eleitores da capital passaram 22 anos excluídos do direito de escolher prefeitos. Desde a eleição de 1963 que deu a vitória a Sereno Chaise do PTB. Mas, agora, com a Nova República propondo-se a reconstruir uma sociedade democrática, até os ex-governistas reclamam urgência: "Prefeitos escolhidos pelo Presidente para as áreas de segurança, parece-me uma grande bobagem", diz Dercy Furtado, deputada do PDS e candidata a candidata. "Não existe maior segurança do que quando o povo escolhe seus mandatários", continua ela. "Além do que, se não elegemos nossos chefes, está sendo burlada a primeira regra da constituição, todo o poder deve emanar do povo".

Citada pelo partido e imprensa, como candidata à prefeitura da capital, Dercy Furtado não se considera concorrente a esse cargo. Mas lembra que sempre lutou por causas, a mulher, família, crianças, menor abandonado e, sente-se mais atraída pela tribuna que pelo gabinete.

E mesmo ressaltando que em Porto Alegre, a maioria dos eleitores é constituída de jovens e mulheres Dercy Furtado diz que só aceitará a candidatura, caso haja um apelo muito grande das mulheres de Porto Alegre.

Condição bastante diversa ostenta o Deputado Carrion Jr., do PMDB, auto-lançado candidato à prefeitura da capital. "Na hipótese de candidato do partido, tenho certeza, serei o prefeito de Porto Alegre".

Baseado nos resultados obtidos nas eleições de 1982, quando foi o deputado do PMDB mais votado em Porto Alegre, Carrion Jr. acredita ser possuidor de um dos maiores respaldos sociais da população. E, mesmo com a sublegenda (não defendida por seu partido), facilitando a presença de outros candidatos do PMDB para disputar a prefeitura, Carrion acredita na força de seu programa e já apresenta formas concretas de atingi-lo.

Descentralizar, desburocratizar e desobstruir os canais que separam a população da prefeitura da cidade e de seus administradores é um dos grandes pontos do programa. O que transformará a administração desse candidato em uma obra coletiva.

Segundo o Deputado, "o mecanismo básico que será utilizado para isso, chama-se subprefeitura. Serão instaladas em prédios alugados e ligadas à prefeitura através de vídeos. Nessas áreas, se estabelecerão sistemas de fiscalização das obras públicas, como também, terão espaço as atividades comunitárias e locais".

Carrion acredita que essa medida além de atender a população local virá melhorar o nível de vida para muitas pessoas. Serão deslocados para trabalhar nas subprefeituras funcionários da prefeitura que moram nessas comunidades, sem que precisem, então, pagar transporte.

Tornar a cidade humana, diminuindo o excesso de miséria e, principalmente, fazendo com que esse local árido que é Porto Alegre, com todos os inconvenientes e nenhuma vantagem das cidades grandes se transforme em um espaço onde as pessoas possam viver, é um dos propósitos de maior destaque na campanha do candidato do PMDB.

Concorrem ao mesmo cargo em Porto Alegre, o presidente regional do PDT, Alceu Collares, apoiado pelo ex-vereador e ex-candidato Glênio Peres e o primeiro suplente de deputado federal do mesmo partido, Aluísio Paraguassu.

Teresa Cristina Machado

"Nossa sobrevivência depende do habitat"

A Ação Democrática Feminina Gaúcha há 11 anos preocupa-se com a proteção ambiental e humana. Uma de suas principais lutas é contra os agrotóxicos. Magda Renner, presidente da ADFG, fala sobre o papel dessa entidade no meio ecológico, posicionando-se diante da retirada do Congresso Nacional, do projeto de lei que regulamenta a utilização e comercialização de agrotóxicos.

3 x 4 - Como surgiu a Ação Democrática Feminina Gaúcha?

Magda Renner - A ADFG surgiu há 20 anos com um grupo de mulheres que achava que havia necessidade de conscientizar o mundo em que estávamos vivendo.

3 x 4 - O que significa esse "conscientizar"? Qual era exatamente o objetivo da entidade?

Magda - Significa trabalhar para a educação da cidadania responsável, participante, pelo bem estar da Nação e da coletividade e pela ordem da sociedade civil.

3 x 4 - A ADFG é ligada a algum partido político?

Magda - Nós somos uma entidade política, sem fins lucrativos e partidária. Ou melhor, suprapartidária.

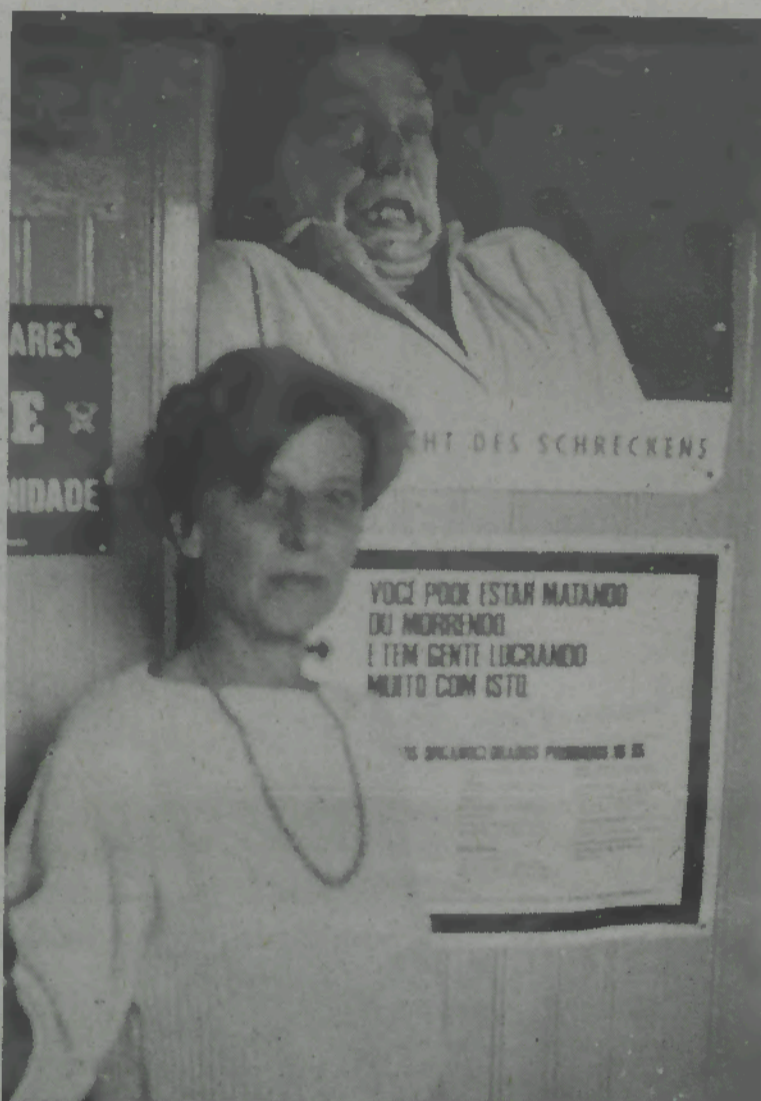
3 x 4 - A ADFG agora é uma entidade ecológica, uma vez que no início preocupava-se somente com a "ordem da sociedade civil". Por que mudou sua linha de ação e há quanto tempo?

Magda - Eu diria que não houve uma mudança, mas uma ampliação da linha de ação. Há 11 anos passamos a nos preocupar com a proteção ambiental e humana. Tudo começou depois de uma palestra de Lutzenberger sobre ecologia. Descobri que deveríamos lutar pela proteção do nosso habitat, porque só ele é que pode nos dar segurança para a sobrevivência.

3 x 4 - A "conscientização da mulher" tornou-se uma conscientização de toda a coletividade?

Magda - A proteção ambiental depende das atitudes e do comportamento individual de cada um de nós, como depende também da atuação da coletividade. E uma vez que essa luta é tão grande, nos últimos três anos nós abrimos nosso quadro social também para ho-

3 x 4 - Qual foi o primeiro passo para iniciar a luta pela preservação do meio ambiente?



Magda Renner: Proteção ambiental é uma luta de toda a comunidade

Magda - Uma das primeiras lutas foi contra a importação de produtos altamente tóxicos que eram proibidos em seus países de origem. Não só os pesticidas, como também outros produtos usados na indústria. Para isso foram elaborados vários itens que seriam depois transformados em projetos de leis. No tempo do ex-governador Amaral de Souza, nós fizemos um documento enumerando regras para o uso, transporte e comercialização de agrotóxicos, mas o então governador vetou sete itens, sendo que um deles era a obrigatoriedade de cadastramento junto ao Governo Estadual de todas as indústrias de agrotóxicos.

3 x 4 - E esse projeto de lei do ministro da Agricultura, Pedro Simon, que foi feito quando ele era senador?

Magda - O projeto partiu de uma proposta elaborada por técnicos gaúchos ligados ao meio ambiente e encaminhada ao então senador Pedro Simon, para que fosse levado ao Congresso Nacional em regime de urgência.

3 x 4 - Mas no dia 20 de março ele foi retirado do Congres-

so pelo presidente em exercício, José Sarney, com a proposta de ser estudado profundamente, com vistas ao aperfeiçoamento. Como a ADFG vê isso?

Magda - Nós acreditamos que o projeto vá ser melhor estudado, mas temos um pouco de receio. Temos visto declarações de empresários em benefício dos agrotóxicos, e isso é muito preocupante.

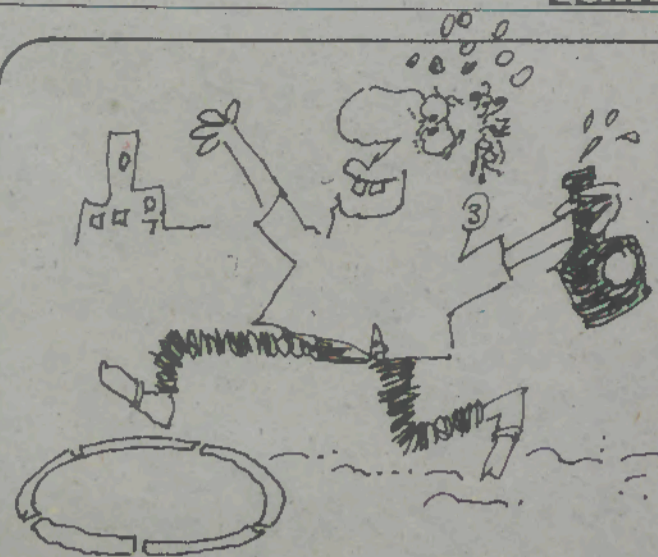
3 x 4 - Mas é possível que surja um novo projeto, mais aperfeiçoado e que atinja todos os interesses? Segundo o Ministro da Agricultura, ele pretende fazer algo mais abrangente, "o mais perfeito possível".

Magda - É provável. Mas eu gostaria de saber até onde vai esse "todos os interesses". Pode ser os interesses das indústrias dos Agrotóxicos.

3 x 4 - Há esperança de que as coisas melhorem no campo da ecologia com a Nova República?

Magda - Sim, há muita esperança, muita mesmo. Mas não podemos esperar apenas. Temos de continuar agindo.

Inaia Lunge



Nos dias de festa o maior movimento do Pronto Socorro

O Hospital de Pronto Socorro conta com 189 médicos, com 14 especialidades, sendo o único em Porto Alegre a contar, em seu quadro de atendimento, com cirurgiões plásticos em plantão, durante as 24 horas.

O Hospital atende em média 500 pacientes por dia e durante os fins de semana e em datas como fim de ano ou carnaval, esse número se eleva a 800 pacientes por dia. A média de atendimentos durante o ano é de aproximadamente 180.000 pessoas.

Acidentes de trânsito, agressões, quedas e ferimentos estão entre os principais tipos de ocorrências, atendidas no Hospital de Pronto Socorro.

Acidentes provocados por quedas, atingem o maior percentual de atendimento, com 37% de índice. Ferimentos atingem 18% de percentual, enquanto agressões atingem 15%. São atendidos também casos de queimaduras e intoxicações, com 4% e 3% de índice respectivamente.

Para atendimento da população, o Hospital de Pronto Socorro dispõe de 13,179 bilhões de orçamento anual.

Regina Dornelli

Funcionário debate a crise do HPS

No dia 25 de março, funcionários do Hospital de Pronto Socorro realizaram uma assembleia, protestando contra a falta de recursos materiais e humanos.

Essa foi a primeira manifestação. Os funcionários agora, querem uma mobilização permanente, no sentido de conseguirem melhoramentos. "O hospital está abandonado. As acomodações são insuficientes, há falta de medicamentos e aparelhagem. O paciente corre até risco de vida", declara Elda Furtado, funcionária do HPS.

Além das precárias condições materiais, reivindicam a falta de pessoal especializado, melhores salários e o pagamento de insalubridade.

Por isso, os servidores do Hospital, querem também, conscientizar a comunidade e autoridades da situação do estabelecimento, como forma de mobilizá-los a favor de seus reclames.

Adelaide Mello Rodrigues, funcionária do Hospital, salienta: "o Hospital de Pronto Socorro não tem estrutura. As necessida-

des aumentaram e as condições continuam as mesmas. É preciso uma reforma geral em todos os sentidos."

Eduardo Vicente que atende a portaria, também concorda com a importância de uma reforma geral que possibilite melhor atendimento. "O governo deve atender primeiro as necessidades mais prementes. O Hospital de Pronto Socorro deve ter autonomia de decisões. Os problemas devem ser decididos aqui dentro", diz o funcionário.

Uma Comissão de Comando, chefiada pelo médico Everton César Costa, presidente do Centro de Estudos do hospital, foi organizada com o objetivo de manter contato com a Prefeitura, para juntos buscarem soluções para a situação de crise do Hospital.

Everton Costa afirma: "nosso objetivo é sanar as dificuldades enfrentadas pelo hospital, visando oferecer a comunidade, um melhor atendimento. O que queremos são melhores condições de trabalho."

Regina Dornelli

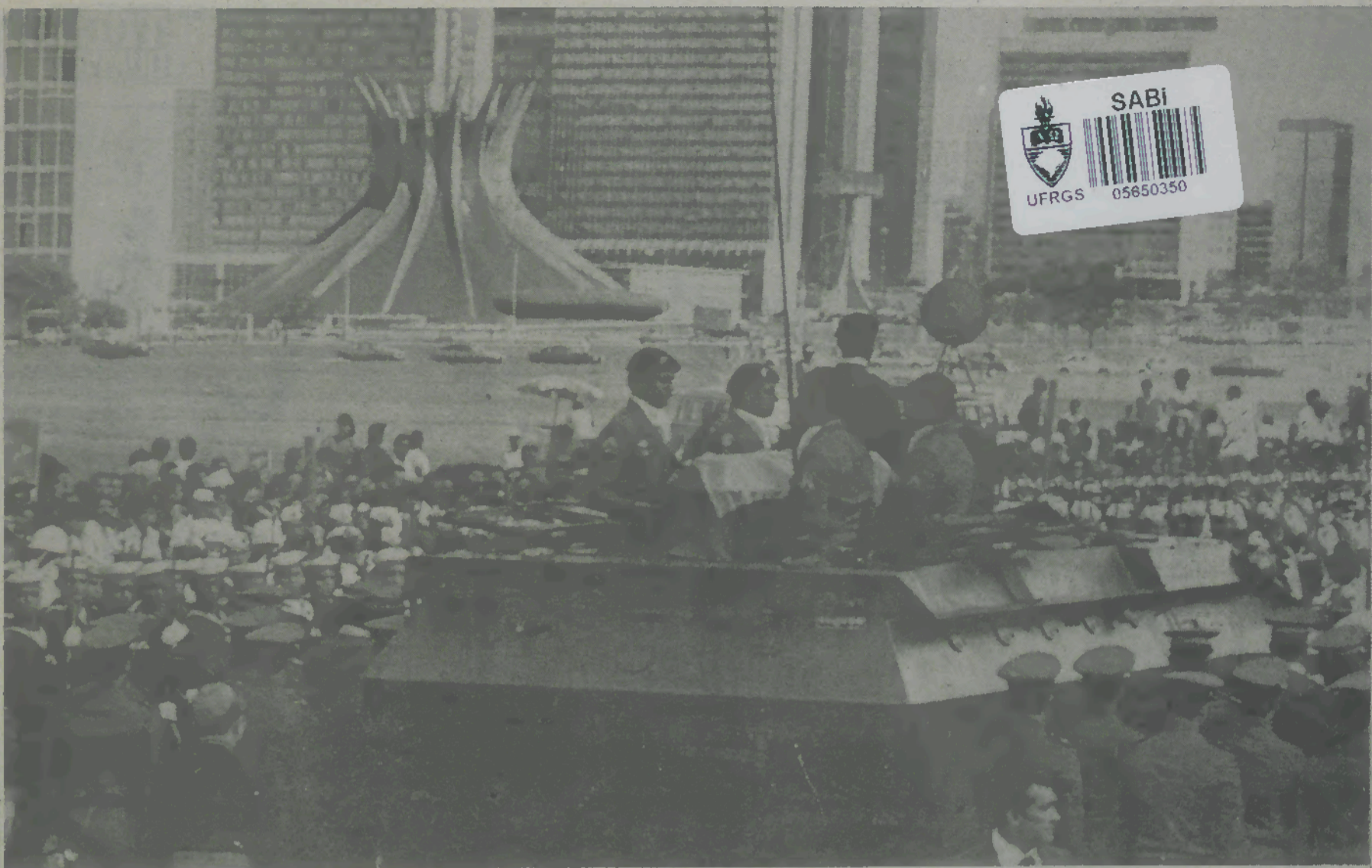
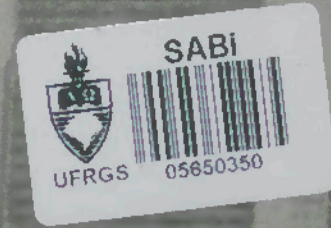


Foto: Arquivo 3 x 4

A multidão
acompanha
o cortejo
do
Presidente
morto
que
chega
a
Brasília
para
o adeus

Tancredo morto, legado é democracia

Os 38 dias de hospitalização e agonia de Tancredo Neves deram a ele e à Nação a exata noção do que representa a luta que devolveu ao país a democracia. Até o dia 21 de abril, quando morreu Tancredo o povo se comoveu e viveu o drama da doença a cada boletim médico. A isto se deveu a mobilização de massas nunca vista antes que registrou-se em todo o País logo depois de sua morte e durante os funerais em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João Del Rey, onde ele foi enterrado no jazigo da família.

Uma figura se destacou pela força e firmeza de espírito durante este período de sofrimentos. Foi a mulher de Tancredo, dona Risoleta Neves. A fé inabalável na cura e na recuperação do presidente fizeram também com que o povo rezasse como nunca rezara antes. O carisma de Tancredo foi emprestado igualmente a dona Risoleta que até na hora do enterro de seu marido manteve a compaixão com o povo que sofria juntamente com ela. Deixou que todos pudessem dar o último adeus a Tancredo, não permitindo que o sepultassem antes de todos os moradores de São João Del Rey prestarem sua homenagem diante do corpo do presidente morto.

A luta de Tancredo iniciada na década de 30, quando elegeu-se vereador em São João Del Rey, atravessou momentos de muita dureza e as mais difíceis passagens da conturbada história política brasileira. Sua atuação foi im-

portante na hora do suicídio de Vargas, em 1954, na crise política de 1961, quando por sua inspiração foi introduzido o Parlamentarismo no Brasil, na campanha das diretas e, é claro, na derrota do regime militar, ainda que atra-

vés de um Colégio Eleitoral montado para perpetuar a ditadura. Conciliador, como gostava de definir os mineiros, uniu opositores de todos os matizes a dissidentes do governo — e por ironia do destino é um deles, José Sarney, até

um ano atrás presidente do PDS, que herda o início da democracia que Tancredo construiu.

Os dois milhões de pessoas que acompanharam o cortejo de Tancredo em São Paulo, unidos aos outros milhões em Brasília, Belo Horizonte e São João Del Rey, marcaram uma manifestação sem precedentes em toda história do País. Nem Getúlio Vargas em 1954 nem Juscelino em 1976, conseguiram unir tanta gente em seus funerais.

As expectativas em torno do governo que será exercido por José Sarney são muitas. As esperanças são de que ele mantenha a palavra empenhada à Nação, junto com Tancredo Neves, e reforçada à beira do túmulo do presidente e não frustrar os desejos de democracia dos brasileiros.

Quase com a mesma força e postura moral de Tancredo, dona Risoleta mostrou sua coragem e compreensão histórica quando em São Paulo uniu as mãos e com um beijo agradeceu a solidariedade do povo a seu marido. Também em seu discurso no balcão do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, quando evitou a tragédia que se desenhava com a ameaça do povo de invadir o palácio, mostrou a mesma coragem até então pouco conhecida dos brasileiros.

Certa vez ao ser perguntado sobre quem o ajudava a fazer os discursos Tancredo respondeu: "Risoleta". Na época ninguém acreditou. Agora todos os brasileiros sabem que isto é verdade.



Foto: Arquivo 3 x 4

Dona Risoleta: força e firmeza de espírito